

Pragmatismo e soberania: o Projeto de Política Externa defendido pela Frente Nacional (FN) para a França

*Pragmatism and Sovereignty:
The Foreign Policy Project Championed by the
Front National (FN) for France*

Camila Felix Vidal*

Resumo

Este artigo está inserido nos estudos acerca do fenômeno político que convencionou chamar-se de nacionalismo populista (por vezes chamado de “extrema direita”) na Europa contemporânea. Através da análise de programas do partido “modelo” desse fenômeno, o francês Frente Nacional, e de entrevista conduzida com um dirigente partidário, busca-se definir e caracterizar a política externa frontista levando-se em conta seu posicionamento político nas mais variadas questões de política externa e a sua ideologia de tipo nacionalista.

Palavras-chave: Frente Nacional, França, política externa, nacionalismo, extrema direita.

Abstract

This article is part of a current set of studies dealing with the political phenomenon so called populist nationalism (also referred as “extreme right”) in contemporary Europe. Through an analysis from the political programs of the “model” of this phenomenon, the French National Front, and an interview conducted with a party leader, the article seeks to define and characterize the party’s foreign policy taking into account its political positioning on the various foreign policy issues and its nationalist ideology.

Keywords: National Front, France, foreign policy, nationalism, extreme right.

* Bacharel em Relações Internacionais pela Florida International University. Mestre e Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. camilafeixvidal@gmail.com.

Introdução

A ascensão dos partidos nacionalistas populistas na Europa é um fato¹. Assim como também é um fato o fortalecimento eleitoral desses mesmos partidos. O sucesso do referendo proposto pela UDC na Suíça em 2014², a aliança da italiana AN com o PDL de Silvio Berlusconi³ e do austríaco FPÖ com o ÖVP durante o seu mandato⁴; o alto número de votos obtidos na eleição legislativa de 2013 pelo Partido Progressista na Noruega e pelo Partido Finlandês na Finlândia⁵; e a projeção estimada de que a FN na França, o PVV na Holanda e o UKIP no Reino Unido devem cada um receber maioria na próxima eleição legislativa europeia⁶; atestam para o fato de que esses partidos não mais podem ser considerados como marginais – ao contrário, fazem parte hoje do *mainstream* político em diversos países europeus. Dentre os vários partidos que recebem o rótulo nacionalista populista, um se salienta como sendo uma espécie de “representante da classe” e “modelo” desses partidos: o partido francês Frente Nacional (FN) (MUDDE, 2013a, 2013b; KARAPIN, 1998; DECLAIR, 1999).

De fato, o título extremista lhe é imputado de maneira relativamente consensual. Na academia, Charlot (1986), Davis (2002, 1999), Mayer e Sineau (2002), Mayer e Perrineau (1990), Perrineau (1996) e Shields (2007) definem o partido a partir desse rótulo. No entanto, assim como acontece com o conceito de “extrema direita” europeia, o consenso se resume ao rótulo, apenas, e não ao seu significado⁷. Há uma grande controvérsia entre os autores sobre a real definição da Frente Nacional bem como o que significa ser de “extrema direita”. Para alguns, a FN é um “compelling example of neo-fascism in action” (DAVIS, 2002:4), para outros, faz parte de uma tradição de direita que se inicia na Contra-Revolução de 1790 e perpassa eventos como Vichy, Poujadism e Algerie Française (WINOCK, 2004; MAYER e SINEAU, 2002); para Charlot (1986) é um típico exemplo de *single issue party* cujo discurso se refere unicamente à imigração; e para Declair (1999) é um exemplo de partido de *far right* que retoma a linhagem monarquista, católica e militarista, podendo ser caracterizada como defensora de uma ordem natural e de valores tradicionais, antidemocracia, xenofóbica e antisemita. No contrafluxo dessas definições, Milza (1987 apud DECLAIR, 1999:38), caracteriza a FN como uma espécie diferente de extrema direita que não pode ser caracterizada nem como *ultra right*, nem como fascista. Essa percepção é também

1 Entende-se que determinados partidos europeus contemporâneos como a Frente Nacional (FN) na França, a União Democrática de Centro (UDC) na Suíça, o Partido Independente do Reino Unido (UKIP), o Partido Austríaco da Liberdade (FPÖ), entre outros, são amplamente caracterizados na mídia e mesmo na literatura especializada como partidos de “extrema direita”. Não é o objetivo desse trabalho fazer uma digressão sobre o termo e suas usagens correntes; é suficiente mencionar apenas que esse termo apresenta-se demasiadamente vago e sujeito a associações com políticas europeias específicas do período entre guerras. De fato, um estudo desenvolvido por Mudde (2000), mostra que há 26 definições diferentes do termo “extrema direita” na literatura contemporânea especializada no assunto. Dessas definições, 58 características diferentes são mencionadas, sendo as mais comumente citadas aquelas associadas ao nazismo e fascismo europeus. Esses partidos, no entanto, não são uma réplica ou uma continuação das políticas desenvolvidas no entre guerras; ao contrário, possuem um posicionamento completamente inverso em diversas instâncias, dentre elas, a política externa. Optou-se, portanto, pelo termo cunhado por Taguieff (2012), “nacionalista populista”, na caracterização desses partidos, a ser melhor desenvolvido ao longo do trabalho.

2 Referendo proposto em fevereiro de 2014 pela União Democrática do Centro que limita o número de imigrantes advindos da União Europeia a permanecerem no país.

3 A Aliança Nacional formou aliança com o Povo da Liberdade, partido fundado por Berlusconi em 2007.

4 O FPÖ de Jörg Haider se aliou com o partido considerado conservador ÖVP durante o governo de Schüssel entre 2000 e 2005.

5 O Partido Progressista na Noruega alcançou 16,3% dos votos; já o Partido Finlandês (Finn), 19,1% (MARIN, 2014).

6 The Economist, Janeiro 2014.

7 Segundo Mudde, “we seem to know who they are, even though we do not exactly know what they are” (MUDDE, 2000:8).

compartilhada por Delwitt (1998) e por Taguieff (2012) que entende que o rótulo de “extrema direita” é usado por determinados partidos, indivíduos e mídia para estigmatizar o inimigo político. A caracterização da FN como sendo de “extrema direita” é de fato bastante controversa e tem movimentado o debate acadêmico a respeito do assunto.

O que não é controverso é a percepção da FN como um partido significativo na política francesa. O seu sucesso e poder político se resumem a dois fatores: número de políticos frontistas eleitos e a influência de sua agenda política. No que diz respeito ao primeiro ponto, não se pode menosprezar o fato de a FN manter uma média de votos relativamente alta, em torno de 15%, haja vista a sua dificuldade para entrar no *mainstream* político e a sua recusa em fazer alianças partidárias⁸. Além disso, foi o partido que disputou o segundo turno nas eleições presidenciais em 2002; e em 2012, ainda que em terceiro lugar na disputa presidencial, fez a maior porcentagem de votos da sua história nesse tipo de eleição (17,9%). O partido é representado hoje na Assembleia Nacional (2 deputados); nos Conselhos Regionais (120 conselheiros); nos Conselhos Gerais (2 conselheiros); nos Conselhos Municipais (60 conselheiros) e no Parlamento Europeu (3 deputados). Com um suporte eleitoral crescente e o aumento na quantidade de políticos eleitos, a FN pode ser hoje considerada um partido de *mainstream* e terceira maior força partidária na França (SCHIELDS, 2007; DECLAIR, 1999). No entanto, a sua força não se restringe ao número de votos obtidos e ao número de políticos eleitos, mas também na seu poder de *agenda setting*. Desde sua emergência, a FN tem influenciado os temas de debate e a agenda política nacional, forçando os principais partidos franceses a se posicionarem em um amplo número de problemas, como as questões “tabu” da imigração e da Zona do Euro (DECLAIR, 1999; DAVIS, 1999). Para Davis, o poder político da FN resume-se justamente à influência que essa exerce na agenda política:

Its power lies not only in the votes that it gains but, perhaps more significantly, in the influence that it carries. Here, the notion that the FN is an agenda-setter is vital; a flick through any national newspaper will confirm the fact that the party has been effective in hoisting its concerns to the top of the national political agenda, and in forcing other political formations to react to, and position themselves on, these particular issues. (DAVIS, 1999:1)

Muito se é difundido sobre as políticas domésticas da FN (muitas vezes controversas), tal como a proposta de saída da Zona do Euro e de restituição de uma moeda nacional na área econômica; e as políticas sobre a imigração. Pouco se sabe, no entanto, a respeito dos projetos relativos à área de política externa da FN (e dos partidos nacionalistas populistas europeus, em geral). Temas como soberania nacional, multilateralismo e princípio da não ingerência (assemelhando-se em muitos aspectos ao próprio discurso de política externa brasileira) estão na base da política externa desse partido que, ao buscar uma “terceira via”⁹ nas relações internacionais, busca romper com o modelo francês de política externa então vigente.

8 A esse respeito, é importante mencionar que o sistema político francês privilegia alianças e, de certa forma, possui um sistema que pode “fechar a porta” para determinados candidatos e partidos: condiciona a candidatura a um “aval” de um certo número de políticos já eleitos.

9 Os termos “terceira via” (*troisième voie*) e “uma outra voz” (*une autre voix*) são amplamente difundidos nos programas e propagandas frontistas (uma amostra está disponível no próprio website do partido). De fato, a FN tende a autocaracterizar-se como um partido “*ni droite, ni gauche*”, sendo um proponente dessa suposta “terceira via”, ou de “uma outra voz” na condução da política francesa; definido atualmente em termos de direita pela UMP e esquerda pelo PS.

Esse trabalho tem por objetivo, portanto, o estudo das propostas de política externa frontista através de uma análise da sua ideologia e posicionamento político nessa área. Para isso, utilizam-se duas técnicas, majoritariamente: entrevista com um membro da presidência do partido, Eric Domard (Conselheiro Especial da presidente do partido, Marine Le Pen), conduzida em fevereiro de 2014; e análise de conteúdo nos programas nacionais da FN (divulgados em 2012). O trabalho está dividido em 3 partes: um estudo sobre a ideologia frontista e a sua caracterização como um partido “nacionalista populista”; uma análise sobre o histórico do partido e do seu projeto de política externa até a década de 1980; e, por fim, a análise propriamente dita das suas propostas de política externa atualmente. A conclusão a que se chega é que a política externa frontista é um reflexo direto da sua ideologia nacionalista e que rompe com o padrão vigente adotado pela diplomacia francesa ao enfatizar novas alianças e novos princípios de posicionamento no espaço mundial.

Ideologia

A ideologia, aqui entendida de maneira inclusiva e definida como um corpo normativo sobre a natureza do homem e da sociedade, bem como da organização e propósito da sociedade (SELIGER, 1976), possui importância ímpar no caso da FN. Como salienta Mayer e Perrineau (1990), os eleitores frontistas, em números expressivamente maiores que os eleitores dos outros principais partidos franceses, não votam pelo líder, pelo partido ou pela tradição frontista; mas, sim, pela ideologia que a FN expõe. Além disso, a ideologia do partido constitui um seguro indicador de seu posicionamento em determinadas questões. Percebendo as bases ideológicas do partido, pode-se inferir a sua posição nos mais diversos temas, desde a economia à política internacional.

De modo geral, a ideologia base que a FN expõe é o nacionalismo. No entanto, como vai ser melhor detalhado ao longo do texto, esse nacionalismo é bastante específico: iguala a nação ao povo. Possui, assim, um caráter populista intrínseco a que Taguiff (2012) descreve como “nacionalismo populista”. É, de fato, esse nacionalismo de tipo populista que caracteriza a FN desde a sua criação até hoje. Ainda que várias e importantes mudanças tenham ocorrido com relação ao posicionamento frontista frente a determinados temas, a sua base ideológica, nacional populista, se manteve.

Na base da doutrina frontista está a “nação”. É ela que estrutura todo o resto: o tom do discurso, a agenda política, o posicionamento em determinadas questões, enfim, a “nação” é o coração da ideologia do partido. Independente de qual programa ou discurso frontista se analisa, a defesa da nação se sobressai como a linha mestra de onde todo o resto é derivado. A ideologia nacionalista possui, entretanto, diversas interpretações e utilizações: o nacionalismo pode ser expansivo ou defensivo, por exemplo; ou ainda internacionalista ou isolacionista. A “defesa da nação” é um objetivo bastante maleável que pode ser usado para os mais diversos fins. O tipo de nacionalismo que a FN apresenta, no entanto, é bastante específico: é um nacionalismo “fechado” de tipo populista. Ou seja, é defensivo e exclusivista ao invés de expansionista e inclusivista; e baseado na soberania popular.

A nação, para a FN, não é simplesmente um território, uma cultura ou um determinado povo; mas é o conjunto desses três fatores. Um é constitutivo do outro, não existem em separado. A nação abarca, assim, o território formal e os indivíduos que dele fazem parte e que, portanto, preservam uma determinada cultura. Para a FN, há uma relação de dependência entre essas três variáveis: a “nação” não existe sem um determinado território, sem uma cultura própria ou sem os indivíduos que participam dela (os nacionais). Esses indivíduos, portanto, possuem uma certa “identidade nacional” que os tornam parte dessa nação: têm raízes no território em questão e, portanto, desenvolveram a cultura e as tradições locais. A “defesa da nação” para a FN, portanto, é a defesa desses três pontos: é a defesa do território, da cultura e do “povo”. É, assim, a defesa do que constitui a nação e a “identidade nacional”. E é a partir dessa concepção de nação que a FN estrutura a sua agenda política e o seu posicionamento nas mais variadas questões.

O objetivo principal do programa de governo da FN, desde a sua concepção até hoje, é, portanto, duplo: preservar a nação através da defesa do seu território e dos seus nacionais. Por serem um constitutivo do outro, entende-se que o que faz bem para o povo, faz bem para a nação e vice-versa: o que faz bem para a nação, faz bem para o povo. Daí o famoso slogan (por vezes interpretado como xenofóbico) “Les français d’abord”¹⁰ e a política defendida de “prioridade nacional” referente às mais diversas questões: trabalho, produtos, assistência social etc.

Esse tipo de nacionalismo, caracterizado pela defesa do território nacional e do “povo”, tem raízes em dois movimentos anteriores dos quais o fundador do partido, Jean-Marie Le Pen, fez parte ativamente: a *Algerie Française*¹¹ e o *Poujadism*. A defesa do que constituía parte do território francês, no caso, a Argélia, encontra ressonância direta com a preocupação frontista na preservação do que constitui o “solo” da França. Da mesma forma, a defesa do “povo”, visto como honesto e virtuoso, nada mais é do que uma releitura do movimento Poujadista na ênfase dos direitos do que constituía o “verdadeiro francês”: camponês, artesão e pequeno comerciante contra os interesses dos burocratas e da “oligarquia” francesa (esses últimos entendidos como corruptos e “vendidos” aos interesses internacionais). Os slogans de Jean-Marie Le Pen na década de 1990: “*Le Pen, Le Peuple*” e “*Le Pen, la Terre*”; e recentemente o de Marine Le Pen em 2012: “*Le Peuple, l’esprit de la France*”¹² são indicativos direto desse populismo típico Poujadista.

Desse tipo específico de nacionalismo que promove a defesa da nação através da defesa do “povo”, depreendem-se outras características da ideologia frontista. Além da valorização da nação e do que a constitui (seus nacionais, cultura e território), destacam-se a busca pelo pragmatismo como guia nas decisões e posicionamentos políticos (no sentido de prioridade dos

10 Programa nacional de 1984 e título da revista mensal da FN durante a década de 1990, já fora de circulação.

11 A Guerra da Argélia (1954-1962) significou a divisão de opiniões na França entre dois âmbitos: os que consideravam a Argélia como reduto de um colonialismo francês já obsoleto e defendiam a independência dessa região; e os que a percebiam como extensão direta da França e defendiam a sua permanência sob controle francês. Le Pen compartilhava da segunda opinião. Nesse sentido, a questão da Argélia não significava somente a luta de um povo por sua independência, significava, ao contrário, a influência negativa de fatores externos (mais notadamente relacionados com o comunismo) em uma região que era parte da França. A “entrega” da Argélia seria a entrega da França e de tudo o que isso representava, em especial, a “grandeza” francesa. Já o Poujadismo nasce em 1950 como um movimento de protesto perpetuado por pequenos artesãos e comerciantes contra o sistema de impostos então implantados. Pierre Poujade, líder e personificação do movimento (ele próprio um pequeno comerciante) se tornaria conselheiro municipal e seria o responsável pela formação da *Union de Défense des Commerçants et Artisans* (UDCA) com ampla representação na Câmara do Comércio e Agricultura. A UDCA mais tarde se tornaria um partido político com o qual Jean-Marie Le Pen seria eleito como deputado nacional em 1956. Para maiores informações, Shields (2007) e Davis (2002) fazem uma análise detalhada sobre a influência das questões Argelina e Poujadista na ideologia da FN.

12 Literalmente, “Le Pen, o povo”; “Le Pen, a terra”, “O povo, o espírito da França”.

interesses nacionais), o respeito à soberania (no sentido de autonomia e autodeterminação do Estado, portanto contra ingerências externas) e a defesa de uma democracia “direta” (dar ao povo a condução direta da política através de referendos e plebiscitos).

A concepção de “ser francês” e de “França” é, de fato, seletiva. O “ser francês” não é um aspecto formal, resolvido com um passaporte. É mais que isso: é fazer parte de uma cultura francesa com determinados valores e tradições. Provavelmente seja essa concepção de “França para os franceses” a responsável pelo rótulo imposto à FN de um partido de “extrema direita” supostamente xenofóbico. Afinal, há no discurso frontista uma constante divisão entre “nós” (franceses) e os “outros” (não franceses). Esse “nós x eles”, no entanto, não está ancorado na raça ou no sangue, portanto não pode ser entendido como “racista” – o que importa é a cultura e os laços com a “nação”, o que pode vir a ser adquirido mesmo por quem não possui raízes ancestrais com a França¹³. Tampouco está ancorado em algum tipo de ódio que transfira aos “não franceses” uma caracterização como sendo o “inimigo”. A questão da imigração nada mais é do que uma das várias ameaças à manutenção da nação, tal como idealizada pela FN, e da identidade nacional. O cosmopolitismo, o “*American way of life*”, a “elite” política francesa (percebida como corrupta), os burocratas e oligarcas, a União Europeia, a globalização, entre outros, são também percebidos como ameaças à manutenção da nação francesa.

De fato, são vários os “culpados” pelo o que a FN considera como uma espécie de ruptura da identidade nacional. A União Europeia, com suas instâncias supranacionais, contribui, no pensamento frontista, para a perda de soberania da nação na condução da sua política, da sua economia e mesmo no relacionamento com outros países, já que tudo passa por Bruxelas. A globalização, por sua vez, significa fronteiras mais porosas (tanto para indivíduos como para produtos, ideias etc.) e que reflete, portanto, um ambiente mais cosmopolita e menos insulado. A imigração em massa, reflexo tanto da União Europeia (com as suas fronteiras diluídas) como do fenômeno da globalização, é percebida por motivos óbvios como uma ameaça à identidade nacional por trazer consigo diferentes culturas, idiomas e tradições. Da sua parte, a “elite” política e econômica da França é também considerada como ameaça à nação e aos nacionais ao supostamente privilegiar políticas contrárias aos interesses nacionais (entendido como a manutenção da nação e dos seus nacionais). A globalização, a “americanização”, a “europeização” e a “islamização” (FRONT NATIONAL, 2012) são todos percebidos como ameaças ao que constitui a nação francesa. Esse suposto “genocídio cultural” (FRONT NATIONAL, 1988) cometido contra a identidade francesa é perpetuado, portanto, por uma série de atores e fenômenos. É como se a FN procurasse cristalizar no tempo a nação e a identidade nacional para que não perdessem as suas características essenciais. É a busca pela preservação do Asterix frente ao Mickey Mouse, da baguete frente ao hambúrguer, da igreja frente à mesquita, do idioma francês frente ao inglês. É a busca pelo conhecido frente ao desconhecido, pela nação frente à globalização, pela identidade nacional frente ao cosmopolitismo. Enfim, é a tentativa de se agarrar às suas raízes e ao que reflete a sua identidade em um suposto contexto de erosão dos valores, da cultura e da própria história.

¹³ Segundo Jean-Marie Le Pen, “Être français cela s’herite ou cela se mérite! Telle est notre devise qui nous tient lieu de programme” (LE PEN in FRONT NATIONAL, 2001).

Histórico do partido e posicionamentos iniciais

A FN, que emerge em 1972 tendo como presidente do partido Jean-Marie Le Pen, é bastante diferente da FN de hoje com a presidência de Marine Le Pen¹⁴. Ainda que a base ideológica nacionalista e de cunho populista mantenha-se como alicerce do partido nos seus mais de 40 anos de existência, importantes mudanças ocorreram, em especial no que diz respeito à sua política externa. No início da sua formação, a maior ameaça percebida pela FN não era a imigração em massa, nem a “política imperial” norte-americana, nem tampouco os “burocratas” de Bruxelas. Na década de 1970, o maior perigo à nação francesa, para a FN, era o comunismo. Com o lema de “Defesa da União Nacional”, a FN demonstrava através do seu programa e dos discursos dos seus membros sua aversão à política desenvolvida pela União Soviética. A URSS, nesse momento, era percebida pela FN como uma ameaça ao território francês por conta de uma política percebida como expansionista e pelo seu regime comunista – entendido como ditatorial e alheio aos interesses dos nacionais da França. A ameaça que a URSS representava nesse momento, portanto, era percebida como uma ameaça à própria soberania francesa – seu território, sua política econômica e seus valores como sociedade. O programa da FN na década de 1970 defendia, assim, um maior controle contra a influência de “poderes externos” (em especial da URSS) e a defesa da tradição francesa – “incompatível com uma subjeção na política externa” (FRONT NATIONAL, 1972 apud SCHIELDS, 2007:173).

Na década de 1990, com o fim da URSS e da ameaça comunista, a FN precisa reposicionar-se. Em 1993, no seu programa nacional *300 Mesures pour la Renaissance de la France* (FRONT NATIONAL, 1993), a FN passa a definir como os principais fatores de ameaça à soberania nacional a União Europeia; os “interesses externos”; e o desequilíbrio social por conta do crescente número de imigrantes. Pela primeira vez defende de maneira categórica a saída da França da União Europeia, entendida como uma organização contrária aos interesses nacionais, haja vista que dilui e enfraquece a própria concepção de nação e de territorialidade. Também, pela primeira vez, a FN expõe os perigos do que viria a ser presença cativa no discurso frontista: a globalização (ou *mondialisation*), entendida como uma forma de imperialismo (ainda que disfarçado), responsável por desequilibrar a economia francesa sob o pretexto de uma economia livre e globalizada. Os Estados Unidos lentamente passariam (assim como era a União Soviética antes) a serem percebidos de maneira negativa, em especial como uma ameaça aos interesses nacionais e valores franceses. A ameaça à nação francesa passa a ser um “inimigo” sem forma definida nessa época: é a globalização, a União Europeia, os Estados Unidos, os imigrantes, o desemprego etc. Todas elas, no entanto, são percebidas como parte de uma conjuntura que enfatiza o cosmopolitismo em detrimento do nacional; os interesses externos em detrimento dos interesses internos; e o universal em detrimento do particular. O desemprego, por exemplo, é visto como resultado de uma imigração em massa que, por sua vez, só foi possível com uma política voltada à União Europeia (cujas fronteiras são figurativas); e de um contexto de globalização onde empresas se pulverizam no globo em busca de mão de obra barata, exemplo típico norte-americano.

¹⁴ Jean-Marie Le Pen foi presidente da FN de 1972 a 2011. Em 2009, anunciou a saída da presidência oficial do partido (onde permanece como presidente de honra). No Congresso Nacional que se seguiu, Marine Le Pen foi a eleita nova presidente da FN com dois terços dos votos em uma disputa com Bruno Gollish, então secretário-geral do partido.

A partir desse momento o discurso frontista passa a ser bastante similar ao de hoje: protecionista na área econômica, conservador na área social, além de defensivo e antiamericano na política externa.

O discurso acerca do respeito à soberania nacional e, por conseguinte, da defesa de uma política de não ingerência, no entanto, é uma constante na história da FN, sendo mais ideologicamente argumentado a partir dos anos de 1990. É nesse período também que o partido sustenta sua posição de defensor da soberania e autonomia da nação em confronto direto com os Estados Unidos. Um exemplo típico desse momento é a oposição frontista à Guerra do Golfo em 1991. Para Le Pen, era legítima a reivindicação do Iraque sobre o território do Kuwait, entendido como parte da nação iraquiana antes de se autodefinir um estado independente. É importante mencionar aqui a lógica frontista: o território faz parte da nação; sendo o objetivo da FN a defesa da nação, entende-se que incluía também a defesa do território – lógica exportada também nas suas análises externas. Se uma reivindicação da Alsácia-Lorena para se tornar um estado independente da França é entendida como ilegítima, também o é, para a FN, a autosecessão de um território qualquer, como era o caso do Kuwait. Além disso, a questão da Guerra do Golfo mostrava o outro pilar da política externa frontista: a busca pelo pragmatismo nas relações internacionais. Le Pen e Bruno Mégret¹⁵ atentavam para o fato de que a França não possuía tamanho interesse nacional que justificasse um apoio ou participação efetiva na guerra. A lógica da ideologia frontista é justamente essa: “os interesses nacionais em primeiro lugar”, em específico no que diz respeito a interesses “vitais” à nação. Se não há um interesse nacional vital (ao menos percebido pela FN como uma ameaça direta e imediata à nação francesa), não havia porque apoiar ou intervir de qualquer forma nessa guerra. Marie-France Stirbois (eleita deputada para a Assembleia Nacional e para o Parlamento Europeu pela FN) enfatizava que “o interesse anglo-saxão por petróleo não justificava a perda de vidas de cidadãos franceses” (STIRBOIS, 1991 apud DAVIS, 1999:84). A Guerra do Golfo, para a FN, nada mais era do que um produto dos Estados Unidos e do seu “braço legal”, a Organização das Nações Unidas (ONU). A partir desse momento, a ideologia frontista passava a ficar bastante clara: opõe-se a ingerências externas de qualquer tipo e, em especial, ao desmembramento “artificial” de nações já estabelecidas com a ajuda de organismos multilaterais (por exemplo, a ONU).

O estudo acerca da política externa da FN nas suas primeiras décadas, por fim, nos conduz a duas conclusões: primeira, os pilares ideológicos do partido, primeiro na presidência de Jean-Marie e atualmente de Marine Le Pen, continuam os mesmos. A ênfase na defesa da nação e dos nacionais, a busca por uma política externa nacionalista e, ao mesmo tempo, defensiva e exclusivista (no sentido de ser contrária à inclusão de identidades e culturas diferentes como parte da nação), permanecem como diretrizes da FN, responsáveis por seu posicionamento nas mais diversas questões de política externa. O que mudou, ao longo do tempo, foi a percepção da ameaça à manutenção da nação. Antes, a URSS e o comunismo, agora os Estados Unidos, o neoliberalismo e a globalização.

¹⁵ Bruno Mégret foi secretário geral da FN, onde permaneceu até 1999, quando formou um partido político próprio: Mouvement National Républicain (MNR).

A defesa de uma política externa frontista: posicionamentos no cenário atual

Se a ideologia nacionalista de estilo populista é responsável pela caracterização da FN, os posicionamentos que ela defende na arena internacional (bem como as ênfases dadas a esses posicionamentos) são responsáveis por, no seu conjunto, caracterizar a sua política externa. Na maioria das vezes, esses posicionamentos podem ser analisados no programa de governo do partido (plataformas e manifestos). Ali estão expostas as ênfases dadas pelo partido (afinal, a escolha de um tema e não de outro já são indícios de posicionamento partidário) e a versão oficial dos posicionamentos frente a determinadas questões de política externa. Na maioria dos casos, no entanto, certos assuntos permanecem de fora do programa (propositalmente ou não) ou recebem uma menção superficial. Nesses casos, o complemento com uma entrevista é essencial. Tendo em vista a ideologia e o histórico da FN, essa seção do estudo busca fazer uma análise ampla e precisa sobre a política externa defendida atualmente pelo partido, utilizando-se para isso dos seus programas e da entrevista conduzida com um dirigente frontista.

A FN possui três programas de governo atualmente. O *Notre-Projet* (FRONT NATIONAL, 2012) é o programa de maior escopo da FN, abrangendo temas como política externa, política econômica e questões sociais. É o programa do “partido”, realizado com base no programa anterior e aprovado no Congresso Nacional (realizado a cada três anos) pelos membros e pelo presidente do partido. Ele serve, portanto, como plataforma da FN durante os próximos três anos (no caso, até 2015). O *Mon-Projet* (LE PEN, 2012) serve como “resumo” do programa anterior. Oficialmente, é o programa do presidente do partido, no caso, de Marine Le Pen, mas que acaba refletindo fielmente o programa partidário. Por fim, a FN dispõe ainda do *Projet pour l’Outre Mer*, dedicado a assuntos dos territórios e cidadãos franceses “além-mar”. No que se refere à política externa, o programa de maior escopo no assunto é o primeiro: *Notre Projet*. Dividido em seções contendo cada uma delas uma análise conjuntural e propostas de governo, o programa é bastante completo e bem organizado.

A política externa é a temática que menos ocupa espaço no programa nacional da FN (*Notre Projet*)¹⁶, não sendo sequer mencionada no seu programa resumido (*Mon Projet*). Essa “negligência” não é inédita, ao contrário. A política externa geralmente é percebida como a menor das preocupações do eleitor, preocupado notadamente com questões econômicas e sociais domésticas, recebendo, portanto, menor espaço nas plataformas partidárias. Ainda assim, a análise da política externa apresentada por um partido no seu programa indica questões de fundo importantes no entendimento da sua ideologia. No caso da FN, é nessa área que se nota, de maneira mais visível, a busca pela soberania francesa frente às organizações multilaterais que faz parte, um relativo antiamericanismo e a aspiração de uma França *puissante* que serviria como peça fundamental no tabuleiro internacional. Todas essas questões, por sua vez, são consequência da ideologia nacionalista frontista.

A ideologia nacionalista da FN é a responsável por determinar todos os seus posicionamentos políticos. Tudo perpassa pela defesa da nação e dos seus nacionais. A ênfase em um “Estado

¹⁶ Ocupando cerca de 7% do programa nacional, enquanto a política econômica, unicamente, ocupa 48%.

forte”, com aumento de gastos na defesa nacional, por exemplo, não deve ser entendida como uma política agressiva de cunho intervencionista ou expansionista. É, antes de tudo, a tentativa de maior segurança e soberania de um território e de seus cidadãos frente a diversas ameaças percebidas, desde imigração em massa até o “imperialismo” norte-americano (DOMARD, 2014). A defesa da soberania nacional é, de fato, uma das bases da política externa frontista. Arelado a ela (ou como consequência dela), está a ênfase na não ingerência externa. Por fim, a defesa do pragmatismo nacional constitui o outro pilar no qual a política externa frontista se sustenta. Para a FN, qualquer decisão de política externa (sejam elas alianças estratégicas, acordos comerciais ou ajudas humanitárias) deve levar em conta prioritariamente os interesses da nação e dos seus nacionais. De modo geral, essas duas características (pragmatismo e soberania nacional) formam a base da política externa frontista, à qual todo o resto se depreende: a crítica a organismos internacionais, o antiamericanismo, a ênfase em novas parcerias, entre outros.

A esse respeito, é importante salientar o criticismo recorrente próprio do programa frontista ao padrão atual de “hegemonia” norte-americana. Essa “hegemonia” é percebida pela FN como fator de ameaça aos interesses nacionais franceses, na medida em que “exporta” uma determinada cultura baseada no consumismo, na ênfase da globalização e da pulverização industrial, por exemplo. Relativo à política externa especificamente, essa “hegemonia” norte-americana é percebida pela FN de maneira abrangente: na pressão exercida pelos Estados Unidos em organismos multilaterais como a ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que acabariam por refletir não os interesses da maioria, mas os interesses norte-americanos especificamente (e que não significa serem os mesmos que os interesses franceses), bem como a pressão norte-americana exercida por conta de determinadas alianças em projetos próprios (leia-se, a pressão exercida para que “aliados” contribuam com efetivos e armamentos nas intervenções externas norte-americanas).

No entanto, ainda que questione organismos multilaterais e mesmo alianças e parcerias já consumadas, a política da FN não pode ser entendida como isolacionista. Busca, ao contrário, um papel de destaque no cenário internacional através da diplomacia e de um papel de “mediador”. Propõe, nesse sentido, uma política externa de “terceira via” caracterizada como “nem isolacionista, nem intervencionista” (DOMARD, 2014). Busca ser, antes de tudo, pragmática e atenta aos interesses nacionais. A defesa desse pragmatismo, no entanto, está relacionada diretamente à rejeição de uma política externa baseada nas “diretrizes” norte-americanas e em alianças consolidadas (que na concepção frontista são, muitas vezes, nocivas ao interesse nacional) e, como consequência, na busca de parcerias não convencionais mas de interesse nacional, em especial, a Rússia.

Para a FN, são três as palavras-chave que definem a sua política externa: “soberania, equilíbrio e mundo” (FRONT NATIONAL, 2012). Defende-se, assim, uma ruptura com o “modelo ocidental norte-americano” caracterizado por globalismo, intervencionismo e neoliberalismo (DOMARD, 2014) e o estabelecimento de um modelo que privilegie a soberania das nações, o direito internacional e o efetivo multilateralismo (nos sentido de organismos “multilaterais” que não sejam o reflexo do interesse de determinados países). O que a FN propõe, ao fim, é uma reformulação da própria orientação da política externa francesa. Não mais aliada aos interesses

unicamente norte-americanos (e que serviria aos interesses da “elite” francesa, tão somente, na visão frontista), mas voltada ao pragmatismo nos seus relacionamentos e nas suas áreas de atuação.

A política externa da FN possui, de maneira geral, cinco eixos: defesa da autonomia e soberania nacional através da saída da União Europeia; maior segurança através de maior orçamento para a Defesa; soberania dos interesses nacionais frente a organismos e acordos multilaterais; pragmatismo na condução da sua política externa, buscando, assim, novos parceiros e novas áreas de atuação; e, por fim, a busca por um papel de liderança no cenário internacional através da mediação entre atores.

Saída francesa da União Europeia como valorização da autonomia e da soberania nacionais

Uma das principais características da FN, e que talvez contribua para o rótulo de “extremista” atribuído ao partido, é a defesa da saída da França da União Europeia e da Zona do Euro e, assim, a retomada de sua soberania política e monetária. A defesa de um Estado forte e soberano, alheio a amarras externas, seria por si só motivo suficiente para a FN defender essa saída. Afinal, no centro da ideologia frontista está a nação, soberana. No entanto, a saída da França do bloco europeu não se restringe a questões de soberania, mas do próprio interesse nacional ou, mais especificamente, do interesse dos “nacionais”. A União Europeia é vista como uma entidade corrupta, composta por “oligarcas” e “banqueiros” (por sua vez, também corruptos) que não compartilham dos mesmos interesses que o “povo” (DOMARD, 2014). Assim, quando a FN promove um dos seus mais conhecidos slogans *Le peuple d’abord*¹⁷, está reiterando a diferença que existe entre os interesses de um setor da sociedade entendido como corrupto (e que pode ser identificado nos dirigentes da União Europeia, mas também, segundo a FN, nos dirigentes franceses que seguem as diretrizes europeias) em detrimento dos interesses dos nacionais. Ao fim, a FN entende que os dirigentes em Bruxelas e os dirigentes franceses (levando-se em conta que em média 80% das leis aprovadas no congresso francês são diretrizes da União Europeia¹⁸) estão defendendo políticas ultraliberais que beneficiam a si próprios e a banqueiros em detrimento do cidadão francês, propagando uma visão de “nós” (trabalhadores honestos) x “eles” (oligarcas corruptos).

Um exemplo dessa inversão de prioridades, conforme Domard, está no dinheiro enviado pela França para a recuperação da Grécia. O capital não foi enviado à Grécia, efetivamente, mas empregado no pagamento à bancos. Assim, há uma visão de que a França está contribuindo (com um dinheiro que não dispõe, já que ela própria passa por dificuldades econômicas) para aumentar o patrimônio de bancos e, conseqüentemente, de burocratas. A respeito desses “confiscos” em prol de uma suposta ajuda a um país parte da União Europeia, o programa nacional da FN enfatiza: “A França deve vetar os planos inúteis e corrosivos de ajuda financeira aos países vítimas do

17 O povo em primeiro lugar.

18 FRONT NATIONAL, 2012:47.

Euro. O dinheiro dos franceses deve permanecer na França” (FRONT NATIONAL, 2012:68). Para Domard, essa suposta ajuda a membros do bloco europeu é mais um indício da prevalência dos interesses “oligarcas e burocratas” sobre os interesses nacionais:

É dito que é indispensável uma solidariedade europeia, por exemplo, no caso da Grécia, mas que solidariedade é essa quando não há uma recuperação grega, mas uma recapitalização de bancos europeus em detrimento da Grécia e dos países, como a França, que se solidarizam com a crise grega? Não se ajudou o povo grego, ao fim, só aos burocratas. (DOMARD, 2014)

De fato, é visível, no discurso da FN, a constante oposição entre os interesses dos dirigentes europeus e franceses (“burocratas” e “oligarcas”) e os interesses do “povo”. Esse mesmo discurso posiciona esses dirigentes como defensores de um modelo ultraliberal de mercado que beneficia bancos e multinacionais, prejudicando, assim, o cidadão “comum”. A desindustrialização francesa, o crescente número de desempregados e o deslocamento de empresas francesas para o exterior são, na visão frontista, resultado dessas políticas ultraliberais – as mesmas defendidas pela União Europeia e impostas na França. A FN rejeita, assim, o que caracteriza como “totalitarismo da globalização” ou “totalitarismo do comércio”, ou seja, o comércio definindo a política. “Se não, há uma ditadura do dinheiro” (DOMARD, 2014). O Euro é visto nessa mesma perspectiva: um projeto baseado em um modelo ultraliberal que, pela sua valorização, acaba por penalizar as exportações francesas e, conseqüentemente, a economia do país.

A União Europeia representa, ainda, a diluição das fronteiras francesas – que passam a ser figurativas, apenas. É notável durante todo o programa frontista a preocupação com a imigração em massa por conta tanto da porosidade dessas fronteiras e com os acordos feitos no âmbito da UE (e que prevê a entrada tanto de imigrantes exilados e refugiados, como das próprias “migrações” entre os países membros do bloco). Para a FN, no momento em que a França adere à UE, ela perde a delimitação do seu território e a sua soberania a respeito das mais variadas questões, entre elas, quem deve e quem não deve entrar ou permanecer na França. Assim, sem maiores digressões a respeito desse tema tão tabu como a imigração (ao menos na França), fica claro que a ideologia nacionalista defensiva e exclusivista da FN é incompatível com a presença francesa na União Europeia.

O problema, no entanto, não se resume a sair da União Europeia e da Zona do Euro e restituir suas fronteiras e sua moeda nacional. O problema é estrutural: no centro do debate, está uma diferença de ideologias econômicas e políticas a serem adotadas. A França hoje, fazendo parte da UE, adota um modelo liberal “que se caracteriza por um número de desempregados nunca tão alto na história da França e por um poder de compra cada vez mais reduzido” (DOMARD, 2014). Assim, para a FN, é necessário romper radicalmente com esse modelo, iniciando com a saída da União Europeia e das diretrizes de Bruxelas, resgatando, assim, tanto a soberania política como a monetária. A defesa da saída da França da União Europeia e da Zona da Euro constitui, de fato, um dos principais pilares nas quais se sustenta o programa da Front National e também o que os diferencia dos outros partidos franceses. É reflexo, no entanto, de um projeto mais amplo: o de soberania nacional.

Proteção da nação e dos nacionais através de maior orçamento para a Defesa

Antes de analisar as posições defendidas acerca dessa temática, é importante mencionar que a promoção de um maior orçamento para a defesa não significa um projeto militarista de expansão externa. Ao contrário, a oposição da FN quanto a intervenções externas é bastante enfática defendendo o princípio da soberania e, portanto, da não ingerência. Dessa maneira, se recusa a intervir até mesmo em situações “humanitárias”, percebidas como uma medida de “geometria variável” (DOMARD, 2014)¹⁹.

A análise elaborada no programa nacional frontista referente à defesa é, antes de tudo, uma valorização do seu território e da segurança dos seus nacionais. A respeito disso, o programa é bastante claro sobre a necessidade de maiores recursos para a defesa: enquanto o orçamento dessa área é progressivamente diminuído com uma política de desarmamento e diminuição no efetivo de militares, o número de intervenções militares externas cresce por conta de acordos multilaterais e da pressão de determinados parceiros (entenda-se, Estados Unidos). Além de questões de segurança interna, a busca por um Estado “forte” e líder no cenário mundial faz com que a FN deposite importância fundamental na defesa como parte intrínseca desse projeto. Verifica-se, nesse sentido, uma relação entre uma defesa mais robusta e um maior reconhecimento no cenário internacional nas questões de mediação, além de uma maior segurança interna; como se um maior armamento e capacidade de mobilização pudessem dissuadir possíveis ameaças à França.

Dessa maneira, a FN defende a priorização da proteção do território nacional “e dos franceses” através de determinadas políticas que incluem: aumento no orçamento da defesa em 2% do PIB para modernização e manutenção dos efetivos militares; modernização e contratação de efetivo para as forças aéreas, terrestres e navais; organização de uma Guarda Nacional de 50.000 reservistas (homens e mulheres) que possam ser mobilizados imediatamente; modernização dos submarinos de ataque e a compra de um segundo porta-aviões. Por fim, a FN destaca a necessidade de priorização “absoluta” da dimensão marítima. Essa prioridade é refletida na proteção às colônias *d’outre-mer*, na preocupação com a energia contida no subsolo marítimo e, por fim, na necessidade de fazer parte ativa dos “enjeux” de soberania marítima que devem, no entendimento frontista, se “radicalizar” no futuro próximo. Como consequência se faz necessário “o caráter crucial de uma forte frota de guerra marítima francesa” (FRONT NATIONAL, 2012:4)²⁰. Em todos os casos supracitados, no entanto, a ênfase recai sempre na proteção do que é considerado como parte da nação francesa: zonas marítimas e colônias *d’outre-mer*, por exemplo. Os maiores recursos com a defesa, portanto, não são sinônimos de maior expansão ou ingerência externa. Ao menos formalmente, o interesse exposto pela FN mostra-se na defesa do seu espaço (terrestre e marítimo, por exemplo, inclusive os das suas colônias).

¹⁹ “Geometria variável”, segundo Domard, faz menção à forma seletiva e flexível de intervenções externas.

²⁰ Esse projeto está relacionado com a busca por um papel de mediação nos conflitos externos que, segundo a FN, irá concentrar-se em regiões marítimas e em zonas polares, em especial na Antártida.

Prevalência dos interesses nacionais nos organismos multilaterais

A política externa da FN, conforme já foi salientado, opera ao redor de duas temáticas: soberania e pragmatismo. Qualquer organismo ou aliança que demande da França algum tipo de limitação no seu poder decisório ou que resulte de uma equação onde as perdas são maiores do que os ganhos, em termos de interesse nacional, são seriamente questionados e, em alguns casos, combatidos pela FN. Assim é o caso da rejeição frontista à permanência francesa na União Europeia, tratado no programa do partido como uma espécie de área intermediária: não faz parte da política externa da FN, nem tampouco da política doméstica. Também é o caso da ONU, OTAN e OMC, percebidas como “braços” dos Estados Unidos (DOMARD, 2014) e, portanto, advogadas de causas nem sempre do interesse francês. A participação francesa nesses organismos, portanto, é caracterizada como “perigosas”, nas quais o interesse nacional “não é evidente” (FRONT NATIONAL, 2012:50). A FN entende que as intervenções norte-americanas recentes e os organismos multilaterais a que eles se propuseram a orquestrar fazem parte de uma política norte-americana de hegemonia global onde os interesses nacionais franceses não têm espaço. A presença da França nesses organismos, assim, é seriamente questionada sob um viés pragmático baseado no interesse nacional.

O chamado “multilateralismo” hoje, na visão frontista, não passa de um “modelo ocidental norte-americano” onde a expansão dos interesses dos Estados Unidos são a regra. Participar nesse “multilateralismo” é participar da continuação desse modelo mesmo que às custas do interesse nacional francês (DOMARD, 2014). A política externa francesa contemporânea, atuando em conjunto com os Estados Unidos em organismos multilaterais como a OTAN e a ONU, ao mesmo tempo que abdica da sua soberania (já que segue diretrizes impostas por esse último) fere seus próprios interesses nacionais: “Suas políticas prejudicam nosso equilíbrio interior e nossa segurança externa. Eles [os organismos multilaterais] comprometem gravemente a nossa liberdade” (FRONT NATIONAL, 2012:50). A intervenção norte-americana na Líbia com o apoio francês, por exemplo²¹, ainda que estrategicamente importante para os interesses norte-americanos, não reflete interesses franceses que justifiquem sua atuação (DOMARD, 2014). O discurso da FN a esse respeito é bastante claro e está presente em vários momentos durante o seu projeto nacional. De maneira geral, a retórica se concentra na necessidade de acabar com a “uniformização” norte-americana, ou seja, um tipo de imperialismo orquestrado pelos Estados Unidos sob o rótulo de “multilateralismo”.

A política externa frontista questiona ainda as supostas intervenções “humanitárias”, acreditando que esse tipo de intervenção possui uma espécie de “geometria variável”: utiliza-se quando se é conveniente a um determinado interesse. Para Domard, “se faz intervenções humanitárias a países não democráticos sob a desculpa de levar a democracia, mas porque não se intervém na Arábia Saudita? Se a intervenção, por sua vez, baseia-se em uma guerra civil ou na violência orquestrada por alguns grupos, por que não se intervém na Somália?” Segundo

²¹ Segundo Domard, Marine Le Pen se opôs a intervenção francesa na Líbia por ser essa questão de soberania interna e por receio de que fosse aberto uma “caixa de pandora”: ao derrubar um ditador, se colocaria no poder um governo fundamentalista.

ele, a FN questiona não só as razões dessas intervenções, mas a própria lógica “seletiva” que depreende-se delas.

Além disso, demonstra preocupação com o efeito “backlash” dessas políticas. Para Domard, no momento em que a França contribuiu com os Estados Unidos no envio de artilharia e efetivo para a Líbia, acabou por expor seus próprios interesses nacionais: as armas que para lá foram enviadas são as mesmas que atualmente encontram-se com os fundamentalistas em Mali, responsáveis pela guerra civil que se instaurou em fim de 2013. A França prontamente interviu em Mali, não sem antes contar com a perda de cidadãos e militares franceses que lá estavam. Esse “backlash”, portanto, responsável por expor a segurança e os interesses nacionais da França, é o que preocupa a FN: “A guerra civil do Mali é a consequência da Guerra na Líbia. Por que combater fundamentalistas no Mali, mas colocar os mesmos fundamentalistas no poder na Líbia e agora na Síria?” (DOMARD, 2014). Daí a defesa frontista de uma “outra via”, efetivamente multilateral, onde o direito à soberania e à não ingerência sejam a regra.

A categoria “organismos multilaterais” no programa frontista é plural e abarca, de fato, todos os organismos e alianças dos quais a França faz parte. No entanto, alguns são enfatizados. A OTAN, por exemplo, é percebida como um organismo que teve importância para a promoção dos interesses nacionais franceses, mas hoje não passaria de um “braço armado dos Estados Unidos”, sem utilidade para a França (DOMARD, 2014). Dessa maneira, a FN defende a saída francesa dessa organização e uma estratégia militar multilateral baseada em um novo perfil que assegure sua independência e soberania. Assim, o programa frontista argumenta: “É necessário que a França decida por ela mesma seus interesses e garantia de segurança. Por conta disso, é necessário retirar a França do comando integrado da OTAN” (FRONT NATIONAL, 2012:4).

A ONU é também vista com reservas, caracterizada como uma “organização relativamente corrupta, refém dos Estados Unidos” (DOMARD, 2014). Uma saída francesa da ONU, no entanto, não é defendida pela FN. Defende-se, ao contrário, uma atuação mais pragmática e crítica levando-se em conta que a atuação de determinados atores (entenda-se, Estados Unidos) na construção de uma certa agenda, tal como o “terrorismo”, faz parte de um “prolongamento obscuro da política desses atores” (entenda-se, novamente, Estados Unidos)²² (FRONT NATIONAL, 2012:52). A busca da FN está, portanto, em uma forma de multilateralismo onde a soberania, os interesses e as identidades nacionais sejam respeitados. Assim, argumenta:

Da Ásia à América Latina, passando pelo mundo Muçulmano, um novo mundo emerge, fundado sobre a afirmação das identidades e das soberanias nacionais. O retorno da Ásia, em particular, anuncia o fim da hegemonia do Ocidente no mundo. Nós nos dirigimos para um mundo multipolar e nós devemos fazer parte dele. (FRONT NATIONAL, 2012:50)

22 A esse respeito, a FN argumenta sobre a necessidade de questionar também as informações obtidas, notadamente pelos Estados Unidos: “A França só irá confiar em seus próprios critérios de avaliação (nossos serviços secretos) e não nas avaliações externas que frequentemente mostraram-se objeto de desinformação (basta lembrar dos Estados Unidos com o Iraque)” (FRONT NATIONAL, 2012:52).

Diversificação de parceiros e áreas de atuação

Baseada em uma mistura de pragmatismo e antiamericanismo, a FN defende novas parcerias e áreas de atuação fora do escopo norte-americano. Assim, valoriza um relacionamento mais intenso com a Rússia (o país a quem mais a FN faz menção no seu programa quando das políticas a serem implementadas nessa área); defende novas parcerias (como com a Índia, a Indonésia e a Malásia); e novas áreas de atuação, notadamente, a Ásia.

Relativo à Rússia, o programa da FN defende uma aliança estratégica “forte” fundada sobre uma parceria militar e energética, a rejeição à ingerência externa e o respeito ao direito internacional (FRONT NATIONAL, 2012:51). Mais especificamente, a FN prevê uma cooperação Franco-Russa na reconstrução dos setores industriais de defesa e no lançamento de um programa espacial francês (p. 4). A FN defende ainda uma espécie de aliança ou parceria estratégica trilateral entre “Paris-Berlim-Moscou” (p. 51). A Rússia faria parte ainda de um projeto maior da FN que serviria como um substituto à União Europeia: a “União Pan-Europeia”. Essa União, ao contrário da UE, seria baseada em estados soberanos, portanto sem mecanismos supraconstitucionais, onde a Rússia e a Suíça poderiam ser membros em função de um “estatuto de neutralidade e de respeito ao direito e à economia nacional” (p. 51)²³.

Referente à África, a FN defende uma “grande política de desenvolvimento da África”, vista como “abandonada aos países emergentes como a China, a Índia, o Brasil e mesmo a Rússia” (p. 51). Busca romper ainda com o modelo estabelecido francês de relacionamento com os países africanos, considerado “corrupto”, ao defender uma política baseada em dois pilares: respeito “real” às soberanias nacionais africanas e apoio econômico (investimentos privados e renegociações de parcerias econômicas) a determinados países (em especial da zona Magrebe) em troca de uma diminuição no fluxo imigratório (p. 51). E, por fim, com relação à Ásia, a FN propõe uma política proativa de maior aproximação. “Nós devemos nos fortalecer na Índia, na Indonésia, na Malásia” (p. 51). A formação de diplomatas especializados na Ásia e uma nova estratégia diplomática que contemple essa região de maneira mais profunda são definidas como prioridades da FN nessa área.

Liderança através da mediação e da exportação da cultura francesa

Consoante à sua ênfase na não ingerência, o programa nacional da FN privilegia o papel da diplomacia e da mediação internacional. Nota-se, nesse sentido, uma certa nostalgia de um passado em que a França era “respeitada” no cenário internacional: “A França tinha um papel anteriormente, ela era escutada na cena internacional, inclusive como mediadora” (DOMARD, 2014). No entanto, essa nostalgia não é o vetor único que explica a ênfase frontista na mediação. Essa política está ancorada na própria ideologia que a FN sustenta. Privilegiar a mediação ao invés da ingerência significa respeitar a soberania nacional. Além disso, insere-se em um contexto de ruptura com a “uniformização” norte-americana de ingerência externa; buscando, ao contrário,

²³ A Turquia não seria aceita nessa União.

uma posição de mediação entre conflitos e de equilíbrio entre o que considera como diferentes “imperialismos”: norte-americano, islâmico e chinês (FRONT NATIONAL, 2012:50). Essa promoção por um papel de destaque na mediação e no equilíbrio internacional só pode ser possível, na visão da FN, com um Estado economicamente, politicamente e militarmente forte e soberano. Daí a sua justificativa por um aumento no orçamento da Defesa e de projetos de armamento, bem como a saída de determinados blocos e alianças multilaterais. A esse respeito, a política da FN pode ser resumida em:

Uma força de equilíbrio e de mediação. Em um conjunto de confrontos duais (Estados Unidos contra a China, China contra a Índia, Índia contra o Paquistão, Irã contra a Arábia Saudita, Venezuela contra Estados Unidos...) nós nos esforçaremos em fazer um papel de equilíbrio e de mediação. É assim que a França, fazendo-se útil à paz mundial, verá sua influência e seu prestígio aumentar. (FRONT NATIONAL, 2012:51)

Por fim, a FN defende a exportação da cultura francesa, baseada na valorização das artes, da história e dos patrimônios públicos. Busca distinguir-se, assim, do modelo norte-americano de influência externa ao enfatizar a valorização do campo e do rural (ao invés da urbanização e das *megacities*); da culinária requintada (ao invés do *fast food*); e da valorização das obras de arte e dos livros (ao invés do cinema *blockbuster*). Parte dessa política de influência através da cultura está na língua francesa. O francês é privilegiado como uma importante ferramenta, devendo ser promovido no exterior e de maneira atrativa “a todas as classes sociais”. Assim, a FN argumenta: “A luta pela imposição da língua francesa em todos os continentes faz parte da restauração da nossa influência” (FRONT NATIONAL, 2012:51).

Ao fim da análise do programa frontista e da entrevista conduzida, dois pontos chamam a atenção: a constante oposição aos Estados Unidos que, de certa maneira, delimita o próprio posicionamento frontista a respeito das mais variadas questões; e, como causa ou consequência disso, uma ênfase na recuperação de um passado francês no cenário internacional. É como se a FN buscasse reviver uma França cristalizada no tempo: uma França que era respeitada no cenário internacional; que fazia parte das “grandes potências mundiais”; e que era modelo internacional na literatura e na cultura em geral. Na percepção frontista, no entanto, a restauração dessa França imaginária e desse passado francês no cenário internacional não tem como se concretizar com as “amarras” e alianças atuais. Defende, assim, o retorno da soberania nacional em sua totalidade (portanto, a saída da União Europeia e da OTAN, por exemplo) e o rompimento de alianças que significam (na visão frontista) mais um malefício do que um benefício para os interesses nacionais. É a partir desses dois pilares que a política externa frontista se baseia: defesa da soberania nacional e de pragmatismo nas decisões políticas.

Considerações finais

A FN é um partido que chama a atenção por conta dos seus posicionamentos nada convencionais. Assim o faz quando defende uma política de restrição imigratória na área social e de saída da Zona do Euro na área econômica. O seu projeto de política externa não foge à regra.

De certa maneira, a política externa frontista busca romper com as diretrizes, com a orientação e com os próprios pilares do padrão vigente de atuação francesa no cenário internacional. A presença francesa na União Europeia e o alinhamento com os Estados Unidos são questionados, bem como a sua participação nos diversos organismos multilaterais da qual a França faz parte. A FN inova. Inova ao buscar uma “terceira via” que pode ser considerada como um meio termo entre políticas isolacionistas e intervencionistas cujo respeito à soberania e, portanto, a não ingerência sejam a regra. Inova também ao buscar uma política “não alinhada”, cujo estabelecimento de parcerias e modos de atuação seja definido autonomamente e pragmaticamente levando em conta os interesses nacionais e as consequências a longo prazo. Inova ao buscar um relacionamento mais estreito com a Rússia, inclusive em questões sensíveis como o programa espacial. Inova, ainda, ao criticar processos e padrões já muito enraizados na política externa francesa, tal como o relacionamento com os Estados Unidos, a OTAN, a ONU e a União Europeia. Inova, por fim, ao enfatizar maiores orçamentos para a defesa em um contexto doméstico de progressiva diminuição; e de valorização das fronteiras e do território em um contexto global de porosidade dessas fronteiras e do próprio conceito de território.

Por fim, a política externa da FN demonstra coerência com a sua ideologia. É a nação que está no centro da política frontista. A defesa e a valorização dessa nação, através de um projeto de maior autonomia e pragmatismo, reflete a própria ideologia do partido. É um nacionalismo defensivo e exclusivista, no entanto. O objetivo é sempre a preservação do que constitui a nação francesa no entendimento frontista: território, cultura e nacionais – incompatível com políticas expansionistas e inclusivas. Incompatível, portanto, com a supranacionalidade da União Europeia; com o neoliberalismo e políticas de “ultracapitalismo” (DOMARD, 2014) dos Estados Unidos; e com o próprio processo de globalização. A FN representa, de fato, um novo fenômeno na política francesa. Esse fenômeno, no entanto, não é prevalência da França. É compartilhado também por outras regiões – basta verificar o crescente número de partidos nacionalistas populistas na Europa. O apelo de uma democracia mais participativa através de plebiscitos e referendos; de uma economia mais voltada às necessidades do “povo” e menos às necessidades dos burocratas e “oligarcas”; e mesmo de uma valorização da identidade nacional em função do número crescente de imigrantes – não são prerrogativas frontistas, mas compartilhadas com a grande maioria desses partidos na Europa. Assim como na política externa: o pragmatismo nas relações e alianças internacionais; a rejeição ao intervencionismo norte-americano; a ênfase pelas soluções de paz arbitradas na diplomacia e pelo respeito à soberania nacional; e o descontentamento com instâncias “multilaterais” (tal como a ONU e a OTAN) refletem pilares compartilhados pela diplomacia de outros tantos países, inclusive a brasileira. Se essas são políticas típicas “extremistas”, como tantas outras políticas frontistas são ainda assim caracterizadas, não convém aqui fazer esse debate. O que se buscou realizar nesse trabalho foi uma análise sem normatividade do posicionamento frontista a respeito da sua política externa. O que tudo indica, ao fim, é que a partir da ideologia nacionalista populista típica da FN, decorrem os seus posicionamentos na política externa e a sua visão de mundo. Desse modo, a posição frontista acerca das mais variadas questões de relações internacionais nada mais é do que o reflexo do seu nacionalismo defensivo e exclusivo.

Referências Bibliográficas

- CHARLOT, Monica. 1986. L'Emergence du Front National. *Revue Française de Science Politique*, ano 36, n.1, p.30-45.
- DAVIES, Peter. 1999. *The National Front in France: Ideology, discourse and power*. London: Routledge.
- DAVIES, Peter. 2002. *The Extreme Right in France: From de Maistre to Le Pen*. London: Routledge.
- DECLAIR, Edward G. 1999. *Politics on the Fringe: The People, policies and organization of the French National Front*. London: Duke University Press.
- DELWITT, Pascal (Ed.). 1998. *L'Extreme Droite en France et en Belgique*. Bruxelas: Editions Complexe.
- DOMARD, Eric. 2014. Entrevista conduzida pela autora em janeiro de 2014 na sede da Front Nacional – Nanterre, França.
- FRONT NATIONAL. 1988. *Une âme pour la France: pour en Finir avec le Génocide Culturel*. Paris: Albatros.
- FRONT NATIONAL. 1993. *300 Mesures pour la Renaissance de la France*. Saint-Brieuc: Editions Nationales.
- FRONT NATIONAL. 2001. *Pour un Avenir Français: Le Programme de Gouvernement du Front National*. Paris: Codefroy de Bouillon.
- FRONT NATIONAL. 2012. *Notre-Projet: Programme Politique du Front National*. Paris: Front National. Disponível em [<http://www.frontnational.com/le-projet-de-marine-le-pen/>] Acesso em 20 set. 2013.
- KARAPIN, Roger. 1998. Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe. *Comparative Politics*, vol.30, n.02, p.213-234.
- LE PEN, Marine. 2012. *Mon Projet: Pour la France et les Français*. Paris: Front National. Disponível em [<http://www.frontnational.com/le-projet-de-marine-le-pen/>] Acesso em 20 set. 2013.
- MARIN, Cécile. 2014. Not your father's far right. *Le Monde Diplomatique*. 02 mar. 2014, p.03.
- MAYER, Nonna e PERRINEAU, Pascal. 1990. Pourquoi Votent-Ils pour le Front National? *Pouvoirs*, v.55, p.163-184. Disponível em [http://www.revue-pouvoirs.fr/IMG/pdf/Pouvoirs55-p163-184_vote_FN.pdf] Acesso em 15 dez. 2013.
- MAYER, Nonna e SINEAU, Mariette. 2002. *France: The Front National*. Disponível em: [<http://www.elections2002.sciences-po.fr/Enjeux/pdf/FN%20-%20VD%202001.pdf>] Acesso em 02 dez. 2013.

MUDDE, Cas. 1999. The Single-Issue Party Thesis: Extreme Right Parties and the Immigration Issue. *West European Politics*. Disponível em [http://works.bepress.com/cas_mudde/22]. Acesso em 20 dez. 2013.

MUDDE, Cas. 2000. *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester: Manchester University Press.

MUDDE, Cas. 2013a. Three Decades of Populist Radical Right Parties in Western Europe. So What? *European Journal of Political Research*, vol. 52, n.01, p.1-19.

MUDDE, Cas. 2013b. *Populism*. Disponível em [http://works.bepress.com/cas_mudde/74]. Acesso em 20 dez. 2013.

PERRINEAU, Pascal. 1996. *L'Electorat du Front National: Permanences et Nouveautés*. Working Paper. Barcelona: Fondation National des Sciences Politiques.

SELIGER, Martin. 1976. *Ideology and Politics*. Birkenhead: Wilmer Brothers Lmted.

SHIELDS, J.G. 2007. *The Extreme Right in France: From Pétain to Le Pen*. New York: Routledge.

TAGUIEFF, Pierre-André. 2012. *Le Nouveau National-Populisme*. Paris: CNRS Éditions.

THE ECONOMIST. 2014. Europe's Populist Insurgents: Turning Right. 4 Jan 2014. Disponível em [<http://www.economist.com/news/briefing/21592666-parties-nationalist-right-are-changing-terms-european-political-debate-does>] Acesso em 10 jan. 2014.

WINOCK, Michel. 2004. *Nationalisme, Antisémitisme et Fascisme en France*. Paris: Éditions du Seuil.